

Artigo de opinião - O papel dos BRICS na promoção da soberania de dados como estratégia para o desenvolvimento e a busca por um mundo multipolar.

Em 2025, no mesmo ano que o Brasil assume a presidência dos BRICS, Donald Trump volta para o seu segundo mandato no governo norte-americano, rodeado por líderes do setor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sobretudo das tecnologias digitais como as *Big Tech*, as quais encontram no hegemônico Estado americano um vínculo estratégico para a manifestação de seus interesses. Esse movimento foi simbolizado pela [cerimônia de posse](#) em que estavam presentes Jeff Bezos, CEO da Amazon, Tim Cook, representante da Apple, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, Sundar Pichai, representante da Google e Elon Musk, CEO da Tesla e SpaceX que, cabe destacar, também assume cargo [no Departamento de Eficiência Governamental](#), o que explicita essas interesses.

O crescimento do poder econômico e político das *Big Tech* ocorre concomitantemente com a expansão da digitalização de diversos setores da economia e da sociedade que incentiva o uso das tecnologias digitais como meio para aumentar a eficiência e a produtividade, com destaque para a Inteligência Artificial. Desse modo, entendendo a digitalização como um processo inevitável que já ocorre de modo exponencialmente e que é comandado por esse grupo restrito de empresas que são as *Big Tech*, o Brasil, na presidência dos BRICS, propõe como tópico de discussão entre países membros e parceiros “a promoção da governança inclusiva e responsável da Inteligência Artificial para o desenvolvimento”. Essa iniciativa visa alcançar [uma ação conjunta sobre regulamentação da Inteligência Artificial, partindo de um entendimento multilateral dos impactos dessa tecnologia no mercado de trabalho](#), que atingirá, diretamente ou indiretamente, mais de [40% de toda a população mundial](#). Nesse sentido, **por que é necessário que os BRICS coloquem como estratégia a soberania de dados como fator chave para o desenvolvimento?**

Para responder a essa pergunta, no entanto, devemos compreender que a discussão acerca do uso ético da Inteligência Artificial deriva do entendimento dela como uma ferramenta estratégica, mas que se insere em um amplo contexto que dita os rumos do próprio capitalismo. Isto é, o sistema tem passado por transformações que inserem as transformações digitais e, junto delas, a inovação e a digitalização, no centro da acumulação de capital, de modo que o uso estratégico da Inteligência Artificial é produto de uma organização sistêmica. Isso significa dizer que não se trata somente de um progresso técnico que permite o

crescimento econômico e o desenvolvimento, mas ao ser acompanhado pela digitalização e datificação de todas as esferas econômicas e sociais, o uso das tecnologias digitais se insere a um novo arranjo sociotécnico que modifica a roupagem capitalista.

Diversos autores procuram entender essa nova dinâmica por meio de diferentes óticas como: [capitalismo de vigilância](#), [capitalismo de plataforma](#), [tecnofeudalismo](#) ou [colonialismo de dados](#). Embora haja diversas divergências metodológicas entre esses conceitos, eles convergem no entendimento que as transformações digitais, particularmente as tecnologias digitais, exercem no atual arranjo social, de modo a coletar e interpretar dados para gerar informações e lucro. Isso significa dizer que, neste arranjo, o principal meio para agregar valor à produção e acumulação de capital são os dados. Nesse sentido, apesar das diferenças conceituais para compreender o quadro dessa nova dinâmica, em nossa leitura, esse fenômeno nos permite denominá-lo como capitalismo da informação.

Para nosso entendimento, é importante destacar que quando nos referimos às tecnologias digitais estamos abrangendo uma gama de tecnologias como a Inteligência Artificial, mas também a Internet das Coisas, *Machine Learning* e *Deep Learning*, que são responsáveis por extrair, processar e transformar grande volume de dados (*Big Data*) em informações, as quais permitem gerar análises e previsões em nome da eficiência e da produtividade. Esse grande volume de dados requer infraestruturas complexas para serem armazenados, como o caso da Computação em Nuvem, que aparece como uma tecnologia invisível, associada à nuvem, mas que na prática exige a instalação de grandes *Data Centers* para permitir sua funcionalidade de armazenamento. Essas tecnologias se tornam complexas porque envolvem desde questões energéticas e ambientais, como pôde ser observado que, desde 2020, a [Microsoft apresentou um crescimento em 30% de emissões de poluentes com a expansão de data centers](#), bem como requerem altos investimentos no próprio desenvolvimento tecnológico com a necessidade de mão de obra extremamente especializada. Esses processos dificultam a entrada de qualquer competidor nesse mercado

A problemática, contudo, que surge nessa roupagem do capitalismo está na concentração em torno dessas tecnologias digitais, principalmente no que tange o armazenamento de dados, pois se trata de uma tecnologia central e que requer alta capacidade de investimento em inovação. O domínio do armazenamento de dados, portanto, é dominado pelas *Big Tech* que conseguem arcar com os custos da inovação. Logo, por meio do armazenamento de dados, essas empresas são capazes de aumentar seu poderio econômico com a geração de lucro em torno da centralidade e exclusividade dessa tecnologia, mas também essa exclusividade garante a elas o acesso a informações estratégicas. Isso porque, quando a digitalização se

expande por todos os setores econômicos de diferentes países, essas empresas passam a ter acesso aos dados dos usuários de todo o mundo. Em outras palavras, há uma monopolização das tecnologias digitais que não é ausente de questões políticas, uma vez que o acesso a informações estratégicas por parte das *Big Tech* resultam em problemas de soberania, privacidade e democracia, visto que são elas quem detém acesso às informações nacionais, não havendo transparência sobre como elas manejam esses dados. Esse problema fica ainda mais evidente quando observamos intrinsecamente entre essas empresas ao Estado americano governado por Trump, alinhando seus interesses econômicos e políticos à hegemonia norte-americana.

É importante ainda destacar que o processo de extração e armazenamento de dados ocorre de maneira sintética, isto é, os dados são produtos fabricados a partir da interação de indivíduos com as tecnologias digitais que deixam rastros de sua esfera privada como seus hábitos, rotinas e hobbies. Nessa dinâmica, os dados passam a ser vistos como commodities, pois guardam informações pessoais de usuários e podem ser comercializados por meio de um preço. O interesse nessa comercialização é a capacidade que os dados possuem em tornar serviços mais especializados, de modo que a partir desse interesse, se estabelece uma disputa em torno da obtenção desses dados, criando um mercado baseado na venda de dados do comportamento individual.

Quando analisamos esse mercado de dados sob uma ótica ampla, podemos interpretar que o processo de comoditização da informação, se trata, na verdade, [da expansão do espaço para a acumulação de capital, garantindo a sobrevivência do próprio capitalismo](#). Isto é, a centralidade que os dados ganham no atual arranjo capitalista é resultante da expansão da fronteira para a maximização do lucro. Isso fica evidente quando olhamos para os números das maiores empresas do mundo baseado na [capitalização de mercado](#), em que Apple, Microsoft, Amazon, Alphabet (Google) e Meta, conhecidas como *Big Five*, dominam o top10 com uma capitalização somada de USD 10.318 trilhões. No mercado de Computação em Nuvem a concentração é ainda mais evidente com [projeções para crescer de USD 132 bilhões em 2024 para USD 639 bilhões em 2032, com predominância de empresas norte-americanas](#). Assim, nessa roupagem informacional do capitalismo, as *Big Tech*, com destaque essas cinco empresas, que se concentram nos Estados Unidos, detém o controle hegemônico do acesso a informações estratégicas e, com isso, a acumulação de capital. No entanto, o crescimento das empresas chinesas no setor como Alibaba e Tencent apresenta sentam um desafio para a ordem mundial sob a hegemonia estadunidense, como pôde ser visto pelo lançamento da

[Inteligência Artificial chinesa DeepSeek que causou uma perda de US\\$ 1 trilhão para o mercado americano.](#)

Nessa lógica, como aponta [Shoshana Zuboff](#), os dados se tornaram tão expoentes que passaram a serem essenciais até mesmo para os Estados com informações sobre suas populações com a digitalização de seus serviços. Logo, o oligopólio das *Big Tech* vê nos Estados a necessidade de associação como uma forma de expansão de sua governança. E esse processo só foi possível nas democracias liberais, as quais permitiram o agigantamento dessas empresas com a expansão da digitalização sem promover grandes regulações nesse mercado, em nome da liberdade. Contudo, o contraponto desse movimento é que o poder das *Big Tech* colocam em risco os próprios princípios democráticos. Isso significa dizer que o domínio dessas tecnologias pelas economias nacionais não é somente uma questão de desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico, isto é, um aparato estritamente técnico, mas sim uma questão de soberania que reflete a geopolítica de informações e o desenho da ordem mundial.

Logo, reconhecendo a importância do desenvolvimento dessas tecnologias no atual contexto geopolítico e para o desenvolvimento de suas respectivas economias, tanto em termos de crescimento econômico como também na proteção de informações estratégicas, os BRICS devem estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento de tecnologias digitais próprias para garantir a soberania nacional. Essa necessidade não se dá somente para evitar violações de privacidade como o vazamento de dados e informações sensíveis da população, uma vez que se trata de um grande mercado consumidor, mas também como um grupo de economias que visa o estabelecimento da ordem mundial multipolar, romper com a monopolização das *Big Tech* reflete uma ação em nome dessa ordem almejada e, em última instância, busca a independência de uma divisão internacional do trabalho que subordina essas economias aos interesses hegemônicos.

Na prática, ao compreender os dados como lucro e os cidadãos como consumidores, a participação das *Big Tech* na política influenciam no jogo democrático para além da disseminação de informações. E, como vimos, a associação dessas empresas no governo de Trump representa um problema geopolítico atual. Nesse sentido, nesse ano de 2025, se torna central para os países dos BRICS discutir o desenvolvimento de tecnologias digitais como estratégia para evitar a apropriação de dados por parte desse monopólio e a expansão desenfreada do capital norte-americana que reforça essa divisão internacional assimétrica. Nesse aspecto, para além da discussão acerca dos impactos da Inteligência Artificial no mercado de trabalho, é ainda preciso partir de uma compreensão sistêmica que envolve

estratégias junto da atuação de diferentes atores para o desenvolvimento de tecnologias digitais nacionais a fim de garantir a soberania de dados e, com isso, a defesa de um arranjo multipolar.

Nessa estratégia, portanto, é importante considerar todo o aparato que circunda essas tecnologias. Aqui cabe destacar, por exemplo, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável que é intrínseco ao desenvolvimento de infraestruturas de tecnologias digitais, uma vez que a instalação de data centers produz impactos ambientais, além de demandar enorme quantidade de energia e água para seu funcionamento. O Brasil, que também sediará a COP30 neste ano de 2025, parece ter captado a essência dessa conjuntura global e, junto dela, a necessidade em alinhar tecnologias digitais com o desenvolvimento sustentável, ao propor para os BRICS, o Grupo de Trabalho sobre [Tecnologias da Informação e Comunicação](#) que visa, além de mapear a conectividade significativa e a coordenação de lançamento de satélites de baixa órbita para a inclusão digital, buscam também ações contra as mudanças climáticas para a implementação de ecossistemas digitais.

O desafio para os países dos BRICS é longo, uma vez que estamos tratando de economias de industrialização tardia e com grandes assimetrias entre si. O obstáculo se torna ainda maior quando se trata em propor ações para garantir a soberania de dados, pois isso requer em antemão a soberania digital, isto é, a não dependência de servidores externos para o armazenamento de dados nacional, que se dá a partir da regulamentação das tecnologias digitais, assim como no desenvolvimento de infraestruturas nacionais para o armazenamento de dados. Embora o percurso para o desenho de infraestruturas seja mais complexo e não aparenta não estar no escopo de discussão dos BRICS num primeiro momento, a cooperação se torna central para a elaboração de estratégias conjuntas para o estabelecimento de uma governança multipolar e uso ético de tecnologias digitais.